



## Excentricidades fiscais “à portuguesa”



**António Domingues Azevedo**  
Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Os impostos sobre os rendimentos do trabalho continuam a sobrecarregar fortemente todos os que vivem da sua atividade profissional. A folha do ordenado mensal de qualquer português é disso reflexo eloquente. Não espanta, por isso, que a receita tributária em Portugal seja o oxigénio que vai dando vida ao esforço de redução do défice do Estado. As receitas provenientes dos impostos, nomeadamente os do trabalho, são como um limão que continua a libertar imenso sumo, mesmo depois de várias vezes espremido. Contudo, a eficiência e a ânsia de arrecadar receita trouxe consigo aspetos colaterais absolutamente criticáveis. A desumanização da máquina fiscal é, porventura, a face mais negativa destes últimos anos. Massificou-se a gestão dos impostos e, sem estratégias de correção dos erros ou dos desvios, a par com uma insensibilidade gritante, gera-se a multiplicação de uma conflitualidade tributária nunca antes vista. Naturalmente, perante este contexto, aumentam os relatos de pessoas e empresas que, mesmo contra a sua vontade, se confessam inca-

pazes de cumprir com as suas obrigações fiscais.

Na última semana ficámos a saber outra excentricidade, mais uma, do “planeta” fiscal português: há empresas que estão a ser prejudicadas sem que sejam responsáveis por algum tipo de incumprimento, depois de se ter percebido que a informação recebida pelo e-fatura não coincide com o que está nas declarações. Resultado: o seu reembolso de IVA está suspenso. É verdade que dando sequência às regras que preveem que a coincidência de valores é um requisito

**A eficiência e a ânsia de arrecadar receita trouxe consigo aspetos colaterais absolutamente criticáveis. A desumanização da máquina fiscal é, porventura, a face mais negativa destes últimos anos.**

indispensável para o fisco proceder ao reembolso, mas com o fisco, é sempre assim. Os pratos da balança pendem sempre para um lado. O do costume. As falhas até podem ser internas, mas a culpa é sempre alheia aos serviços.

No caso concreto, este procedimento é a cereja no topo do bolo para o Governo conter ao máximo a despesa por causa da contabilidade do défice, provavelmente a maior obsessão deste Executivo, ainda para mais em ano eleitoral.

Se por um lado o determinismo tecnológico torna insensível a administração fiscal, por outro, não duvidamos que existem instruções claras no sentido de se encontrar uma vírgula fora do lugar, para alegar que o reembolso do imposto deve ser temporariamente suspenso.

A persistir esta lógica, dificilmente vamos conseguir ter contribuintes motivados quando existe um desequilíbrio acentuado no relacionamento entre o fisco e o contribuinte. Não é assim que se cumpre a justiça tributária, não é assim que se fomenta a dinâmica económica ou se contribui para uma fiscalidade previsível, isenta de alçapões e subterfúgios. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico